

**RESOLUÇÃO Nº 55/2024**  
(Publicada no Diário Oficial de 15/06/2024)

Retificada e Ratificada pela Resolução nº 79/24, que alterou a titularidade do benefício da empresa.

Ver Resolução nº 205/24, que alterou a titularidade da empresa e demais alterações.

**Concede os benefícios do Crédito Presumido e do Diferimento do ICMS à SOFTLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA.**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA**, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, e alterações e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2024.0002281-19,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Conceder, *ad referendum* do Plenário, à SOFTLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA., CNPJ nº 58.093.138/0001-62 e IE nº 224.457.231NO, instalada no município de Ipirá, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

**Nota:** A redação atual do art. 1º foi dada pela Resolução nº 205, de 17/12/24, DOE de 10/01/25, tendo em vista mudança de titularidade, efeitos a partir de 10/01/25.

**Redação anterior dada ao art. 1º pela Resolução nº 079, de 26/06/24, DOE de 05/07/24, tendo em vista mudança de titularidade, efeitos de 05/07/24 a 09/01/25:**

*“Art. 1º Conceder, ad referendum do Plenário, à IRMÃOS SOARES INDÚSTRIA, COMÉRCIO DE CALÇADOS LTDA., CNPJ nº 72.428.964/0015-41 e IE 217.344.748NO, instalada no município de Ipirá, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:”*

**Redação originária, efeitos até 04/07/24:**

*“Art. 1º Conceder, ad referendum do Plenário, à INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALÇADOS IRMÃOS SOARES LTDA., CNPJ nº 72.428.964/0015-41 e IE 217.344.748NO, instalada no município de Ipirá, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:”*

**I - Crédito Presumido** - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados femininos, com prazo de benefício contado a partir de 1º de junho de 2024 até 31 de dezembro de 2032.

**Nota:** A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 205, de 17/12/24, DOE de 09/01/25, efeitos a partir de 09/01/25.

**Redação originária, efeitos até 08/01/25:**

*“I - Crédito Presumido - fixa em 99% (noventa e nove por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de calçados, com prazo de benefício contado a partir de 1º de junho de 2024 até 31 de dezembro de 2032.”*

**II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS**, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado, pelo período de 36 (trinta e

seis) meses, contado a partir da data da publicação da Resolução concessiva no Diário Oficial do Estado e,

**b)** nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

**Art. 2º** Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

**Art. 3º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Salvador, 13 de junho de 2024.

**ÂNGELO MÁRIO CERQUEIRA DE ALMEIDA**

Presidente